

PARAUPEBAS (PA): A MÃO DE FERRO DO BRASIL NA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO GRANDE CARAJÁS¹



¹Rodrigo Braga da Rocha Villa Verde – Autor e Orador

Bacharel em Geografia pela Universidade do Brasil (UFRJ)

Discente da Universidade do Brasil (UFRJ) – Licenciatura plena em Geografia

Discente da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) – Bacharelado e licenciatura plena em História

Bolsista de Iniciação Científica do Centro de Tecnologia Mineral (CETEM / CNPq)

rodrigobraga@ufrj.br

Doutor Francisco Rego Chaves Fernandes – Orientador Acadêmico

Doutor em Engenharia Mineral pela Universidade de São Paulo (USP; Brasil)

Pesquisador do Centro de Tecnologia Mineral (CETEM)

ffernandes@cetem.gov.br

Scott William Hoefle – Orientador Acadêmico

Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Oxford (UO; Inglaterra)

Professor Adjunto IV da Universidade do Brasil (UFRJ)

scotthoefle@acd.ufrj.br

RESUMO

Neste trabalho é abordada a implantação do Projeto Grande Carajás e os subseqüentes problemas do município de Parauapebas (PA), dando ênfase aos povos indígenas Kayapó. Inicialmente podem ser identificados quatro principais atores que desde o fim da década de 1960 passaram a interagir fundamentalmente no espaço amazônico de Carajás: o Estado brasileiro, a mineradora Vale (que oficialmente não atende mais ao nome da ex-estatal Companhia Vale do Rio Doce – CVRD), os povos indígenas nativos da região de Carajás e, finalmente, os milhares de migrantes não-indígenas que rumaram à Parauapebas em busca de emprego e do sonho de uma qualidade de vida melhor. A seguinte pesquisa encontra-se dividida em três partes, visando melhor organização das idéias: O Projeto Grande Carajás; Desenvolvimento de Parauapebas (PA); e Os impasses entre os povos indígenas e a VALE.

OBJETIVO

O conteúdo deste trabalho tem como objetivo compreender a implantação do Projeto Grande Carajás, que consistia num planejamento basicamente estatal de colonização da Amazônia, e os conseqüentes problemas originados pelo mesmo, focalizando a situação atual dos povos indígenas que anteriormente habitavam a região de Carajás.

METODOLOGIA

A realização deste trabalho consistiu na leitura e na interpretação crítica do material bibliográfico de cunho científico e não científico levantado pelos orientadores acadêmicos e pelo próprio discente. Ao longo da obra algumas figuras ou tabelas foram inseridas com o intuito de clarificar melhor o conhecimento explicitado. A conclusão encerra as últimas considerações e notas importantes a serem destacadas no presente estudo.

I – O PROJETO GRANDE CARAJÁS

No dia 31 de julho de 1967, geólogos brasileiros da Companhia Meridional de Minerações (empresa controlada pela U. S. Steel, a segunda maior siderúrgica dos Estados Unidos [ABCEM, 2008]) descobriram a província mineral de Carajás. A equipe que sobrevoava a região notou a presença de clareiras em meio a uma vegetação rasteira que contrastava com a floresta equatorial, na qual estava à mostra o minério de ferro que recobria a área. Após esse momento, Carajás que era o termo que apenas designava uma distante serra paraense recoberta pela floresta amazônica, tornou-se sinônimo da maior jazida de minério de ferro da Terra.

Pesquisas geológicas posteriores à descoberta da província mineral de Carajás comprovaram o alto teor dos 18 bilhões de toneladas de minério de ferro da região (66% de ferro). Dessa quantia, 13 bilhões de toneladas consistiam em reservas com possibilidade de lavra. Mas não foi apenas o minério de ferro que despontou na Serra dos Carajás: extensas reservas de níquel, cobre, manganês e ouro (CETEM, 2002) também foram localizadas nesse vasto e rico ambiente de significativa relevância geológica e econômica.

Além do interesse das indústrias mineradoras na região amazônica havia uma convergência das políticas nacionais de colonização da Amazônia Legal, considerada, pelo regime militar instaurado em 1964, como um vazio demográfico a ser ocupado. Os grandes projetos de desenvolvimento regional para a Amazônia apontavam para a necessidade de orientar os investimentos e as associações empresariais capazes de promover o progresso socioeconômico. Todavia, o Estado brasileiro que não possuía capital suficiente para investir sozinho na concretização desses grandes projetos aliou-se ao capital privado internacional. De um lado o Estado garantia o mercado para a comercialização das matérias-primas e, em outro aspecto, tornava-se capaz para realizar novos investimentos por sofrer positivamente com a intensificação das trocas comerciais.

A vigência da década de 1960 representou para a Vale (ex-estatal-Companhia Vale do Rio Doce) um momento de política externa mais ofensiva para aumentar seu mercado exportador, tendo realizado nesse período diversas associações com empresas estrangeiras. Na tentativa de diminuir a influência dos Estados Unidos na economia nacional, durante o governo Geisel, década de 1970, algumas negociações bilaterais foram firmadas com alguns países centrais (principalmente Alemanha, França, Grã-Bretanha e Japão) que buscavam mercados em zonas tradicionais de influência estadunidense, como no caso da América Latina.

Muitos dos investimentos brasileiros, dentre eles o Projeto Grande Carajás – PGC, destinaram-se à exploração em larga escala e de forma integrada dos recursos naturais da Amazônia Oriental. O PGC foi uma idealização do governo militar para ser aplicado numa área de 900 mil Km², compreendendo os Estados do Pará, do Maranhão e do Tocantins. Essa mesma política econômica dos anos 1970 foi responsável pelo vertiginoso endividamento do governo brasileiro, que investiu em infra-estruturas e capacitação das empresas privadas nacionais, ficando sujeito aos juros dos empréstimos internacionais e, posteriormente, dos empréstimos internos.

Os grandes projetos de desenvolvimento causaram ao longo dos anos: a exploração desordenada dos recursos naturais, a degradação de importantes áreas da floresta amazônica, a desestruturação da economia local e tradicional (por exemplo, o fim do extrativismo vegetal, capaz de impactar minimamente no meio natural, e a sua substituição por atividades econômicas modernas) e alterações nos hábitos e modo de vida do homem amazônico (fim da identidade cultural).

As reservas minerais de Carajás, localizadas em áreas florestais interioranas, chamam a atenção para a devastação que as usinas siderúrgicas, movida a carvão vegetal, provocariam de igual modo ao ocorrido no estado de Minas Gerais: deteriorização do meio biótico e abiótico (LAMOSO, 2001). O Grande Projeto Carajás consistiu na junção de alguns programas em prol do desenvolvimento do espaço que atualmente configura o arco do desmatamento na Amazônia Legal, sendo os principais: o Projeto Ferro Carajás – PFC (contendo a Estrada de Ferro Carajás - EFC), a Hidrelétrica de Tucuruí, o Projeto Trombetas e Alunorte. Entretanto, o foco dessa pesquisa é direcionado ao PFC.

Uma comissão de ministros em Brasília concebeu o PGC. Enquanto a Vale realizava estudos para a localização dos pólos metalúrgicos, a comissão isentava de impostos a renda de 17 projetos destinados à implantação desses pólos.

A construção da Usina Hidroelétrica de Tucuruí (de 1976 até 1984) correspondeu ao maior investimento público da região ao longo da história. Todavia, essa gigantesca obra expulsou cerca de 30 mil pessoas, dentre índios, caboclos, garimpeiros e pescadores, que anteriormente habitavam a região receptora da usina. Foram cerca de 2.430 Km² de floresta inundada. A eletricidade gerada pela Usina de Tucuruí beneficia, além do PFC, as indústrias de alumínio com capital estrangeiro situadas em outras partes do estado do Pará. Não seria exagero dizer que o Brasil é colônia energética para várias empresas multinacionais.

Em abril de 1970, a Vale e a U.S.Steel constituíram a Amazônia Mineração S/A detendo cada uma, respectivamente, 51% e 49% do capital. Sete anos mais tarde a Vale compra pelo preço de R\$55 milhões de dólares uma parte da Amazônia Mineração, tornando-se a única condutora do maior empreendimento brasileiro: o PFC (CETEM, 2002).

Da quantia total do minério de ferro presente em Carajás, 6 bilhões de toneladas encontram-se na Serra Norte, região selecionada primeiramente para a lavra por causa da maior facilidade para o acesso ferroviário e o baixo teor de substâncias contaminantes. A Norte-4-Este (N4E), nome da mina situada na Serra Norte, possui 1,2 bilhões de toneladas de reserva mineral lavrável e é caracterizada por custos de produção menores (CETEM, 2002).

O incremento da população paraense e a diversificação da economia do estado careciam de boas infra-estruturas para este fim. Em meados da década de 1980, o Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico – BNDS concedeu o financiamento à mineradora Vale para a construção da Estrada de Ferro Carajás, ligando as jazidas de minério de ferro da Serra de Carajás ao porto de Ponta da Madeira no Maranhão. No caso da privatização da Companhia Vale do Rio Doce transferiram-se também as concessões da malha ferroviária de Carajás (LACERDA, 2002). A mina parauapebense N4E, operada pela Vale, está situada a 860 km de Belém (PA) e a 789 km do Terminal Marítimo Ponta da Madeira. Os investimentos feitos pela Vale atingiram um montante de US\$ 2,9 bilhões no PFC.

O Decreto-Lei nº 1813, de 24 de novembro de 1980, oficializou a criação do PGC e propôs ainda uma coordenação do projeto por um Conselho Interministerial e um incentivo aos empreendimentos que integrariam o PGC. Tempos mais tarde outros decretos foram assinados regularizando a composição, competência e funcionamento do Conselho Interministerial, oficializando também a isenção de impostos por dez anos aos empreendimentos do PGC (OLIVEIRA, 2004).

Estrada de Ferro Carajás (EFC)

“A Estrada de Ferro Carajás (EFC), com 892 km de extensão, liga o interior do Pará ao principal porto marítimo da Região Nordeste, em São Luís, no Maranhão. Transporta principalmente minério e carga geral, além de passageiros.” (VALE, 2008:a)

O elevado volume de transporte e a moderna tecnologia empregada (uso de bitola larga¹) são os principais destaques da EFC. A rota ferroviária liga a província mineral de Carajás ao Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, em São Luís (MA).

A consolidação do PFC (Figura 1) teve como principal exigência a construção de um sistema integrado mina-ferrovia-porto no sudeste paraense. Em 1974 foram finalizados os estudos de viabilidade da EFC e posteriormente iniciou-se o projeto de engenharia para a construção da ferrovia. Dois anos mais tarde, em 1976, o governo federal realiza a concessão para o início das obras e a operação da linha férrea que une Serra de Carajás e a Ponta da Madeira: da extração mineral à exportação.

A edificação ferroviária da região amazônica até então abordada foi marcada pelo lançamento dos trilhos nos 15 km iniciais de estrada em agosto de 1982. A elevada mecanização

¹ Distância entre as faces interiores dos trilhos

no processo de sublevar a EFC permitiu que, em setembro de 1984, a divisa entre os estados de Maranhão e Pará fosse atingida. A estrada de ferro foi concluída no dia 15 de fevereiro de 1985, sendo oficialmente inaugurada no dia 28 do mesmo mês. Após a inauguração do empreendimento o transporte de minérios de ferro e de manganês, com destino certo ao mercado internacional, havia sido iniciado imediatamente (ANTF, 2008). O transporte comercial de pessoas e o transporte de grãos, como o de carregamento de soja, respectivamente, entraram em vigor em 1986 e 1987 (sendo que em outubro dessa última data estreava também o transporte de derivados do petróleo).

A EFC, além do mais, possui nas redondezas de São Luís uma ligação com a Companhia Ferroviária do Nordeste – CFN e também está interligada com a Ferrovia Norte-Sul – FNS (Figura 2). Nesse primeiro caso a junção das linhas férreas atende ao porto de Itaqui (MA) e, na segunda circunstância, tende a facilitar a exportação dos grãos produzidos no norte de Tocantins.

Cronologia:
1966: Início da prospecção empresarial de minérios na região de Carajás;
1970: Fundação da Amazônia Mineração S. A., AMZA, pela CVRD e U. S. Steel, em abril;
1974: Conclusão dos estudos de viabilidade do Projeto Ferro Carajás;
1976: Emissão pelo governo federal da concessão para construção e operação da ferrovia entre a Serra de Carajás e Ponta da Madeira, no litoral do Maranhão;
1977: Aquisição pela CVRD das ações da AMZA pertencentes à U. S. Steel;
1981: Incorporação pela CVRD da razão social da AMZA;
1982: início do lançamento dos trilhos da EFC nos primeiros 15 km, em agosto;
1984: Chegada da ponta dos trilhos à divisa entre Maranhão e Pará, em setembro; Inauguração da ponte sobre o rio Tocantins, em Marabá, em outubro;
1985: Chegada da ponta dos trilhos a Carajás, no dia 15 de fevereiro; Inauguração oficial da EFC, no dia 28 de fevereiro;
1986: Inauguração do transporte comercial de passageiros, em março;
1987: Início do transporte de soja, em abril; Início do transporte de produtos derivados de petróleo, em outubro;
1989: Inauguração do trecho inicial da Ferrovia Norte-Sul, em abril, passando a ser operada com apoio da EFC e permitindo a exportação dos grãos produzidos no norte do estado de Tocantins pelo porto de Ponta da Madeira.

Figura 1: Histórico da EFC inserida no PGC (ANTF)

A EFC, a mais moderna e produtiva linha férrea do Brasil, com 892 Km de comprimento e bitola de 1,60 metros integra o sistema logístico da Vale (atualmente a maior empresa de logística e a maior investidora privada em infra-estrutura no Brasil); nela passam mais de sessenta variados produtos, por exemplo, o cimento, a madeira, os combustíveis, os veículos, os produtos siderúrgicos e agrícolas, além do minério de ferro e do manganês (ANTF, 2008). O Centro de Controle Operacional da EFC gerencia todas as operações realizadas, maximizando a segurança, a eficiência e a confiabilidade nos serviços de logística integrada prestados aos clientes.

Um total de vinte e dois municípios insere-se na EFC, dos quais três deles estão situados no Pará e dezenove no Maranhão. Normalmente a ferrovia representa o único meio de transporte para milhares de famílias da região, estando comumente aliada a alguns programas direcionados à população, tais como “Educação nos Trilhos” e “Trem da Cidadania” (ANTF, 2008).



Figura 2: EFC, CFN e FNS (ANTF)

Atualmente a Vale possui duas metas: aumentar a carga transportada por vagão e elaborar o projeto de duplicação da EFC (ALMEIDA, 2008). Outro ideal da vale a ser alcançado é o reflorestamento de alguns ambientes degradados no Pará. Até 2015 esse projeto deverá atingir a marca de US\$ 300 milhões de investimentos (VALE 2008:b).

Para que as siderúrgicas de Carajás possam aumentar sua produção focalizada no minério de ferro, uma vez que ela depende do carvão importado para manter o funcionamento de suas usinas, é preciso expandir a estrutura física da ferrovia. O processamento dos minérios e a exportação dependem mutuamente da EFC.

“O cenário desenhado pela Vale para o mercado da matéria-prima do aço nos próximos anos continua favorável. Ainda vemos um mercado bastante forte, sem nenhum tipo de sinal que possa alterar nossa visão para 2007 e mesmo para 2008. Para 2009 e 2010, a tendência é que o mercado mantenha-se forte devido à produção de aço muito firme e crescente. Muitos países no mundo estão crescendo muito, o que vai requerer investimentos em infra-estrutura, em habitação, novos padrões de consumo (automóveis), cuja produção deve crescer na China e no Japão. O mundo hoje é carente de infra-estrutura, que vai requerer muito aço. Não estamos preocupados com este horizonte. Lá na frente, quando o inverno chegar, sobreviverá o mais forte”, declarou o executivo.” (DURÃO, 2007)

A construção de diversas termoeletricas a carvão, próximas das zonas portuárias mais importantes para o comércio internacional, está inserida também nos novos propósitos da mineradora Vale, bem como a implantação de usinas para a produção de ferro gusa² destinada à exportação.

II – DESENVOLVIMENTO DE PARAUAPEBAS

Conjuntura Socioeconômica

² Liga de ferro e carbono, obtido num alto forno, contendo de 4% a 4,5% de carbono e outros elementos ditos residuais como, por exemplo: silício, manganês, fósforo e enxofre, dentre outros.

O município de Parauapebas, localizado na mesorregião Sudeste Paraense (Figura 3), surge no contexto das ideologias econômicas que integravam a lógica do desenvolvimento regional em Carajás: mineração, extrativismo vegetal, agropecuária, produção energética e expansão da malha urbana.

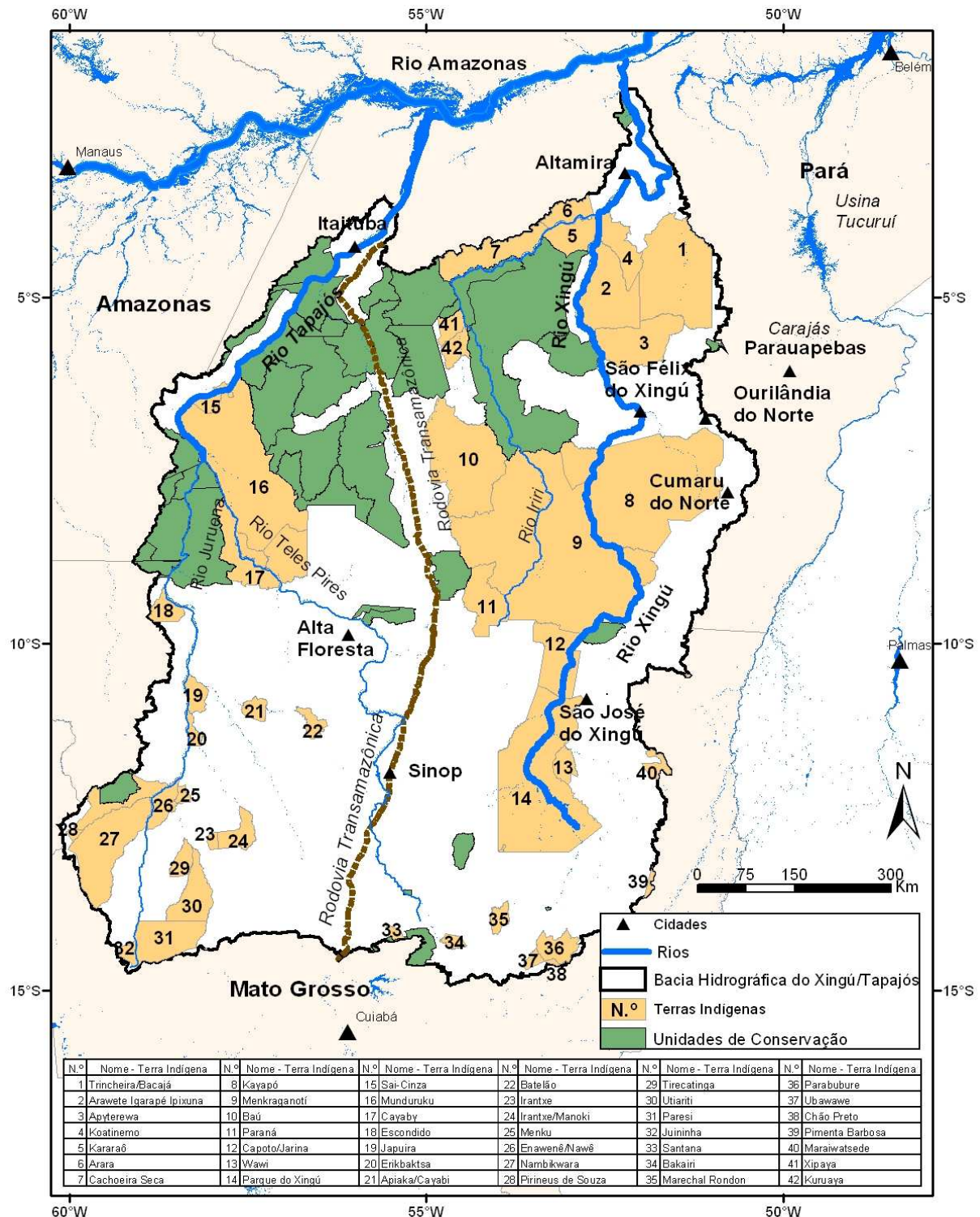


Figura 3: Bacia hidrográfica dos rios Xingu e Tapajós (MT, PA) / CETEM

Desde a década de 1950, período marcado pelo retorno do crescimento capitalista a nível mundial (pós-Segunda Guerra Mundial), vem ocorrendo nos países do Terceiro Mundo (em desenvolvimento) uma reorganização espacial das zonas produtivas. Contextualizado neste cenário, o Brasil, dotado de recursos naturais altamente relevantes, inicia em sua região

amazônica (a última fronteira do capital nacional) um novo e conturbado ciclo de desenvolvimento, principalmente a partir da década de 1960 por meio de projetos econômicos estatais. Atendendo a uma nova ordem econômica e tecnológica, o reordenamento territorial brasileiro visa a ligeira implantação de novos pólos produtivos em escala nacional. Conseqüentemente, o espaço local passa a se conectar com a esfera global da economia e da política.

Todavia, a ação antrópica produtora de um reordenamento político-econômico-territorial promoveu contrastes socioambientais, resultantes da modernização regional da Serra dos Carajás. No caso da cidade de Parauapebas, a urbanização surge de forma acelerada e espontânea devida à intensa migração que tinha como destino o município que viria a abrigar nas décadas de 1970 e 1980 importantes obras do PGC.

Diferentemente da Amazônia Ocidental, a Amazônia Oriental e suas respectivas sub-regiões cresceram mais rapidamente do que as suas principais metrópoles. O problema ocasionado foi a concentração espacial de capitais, geradora de contrastes socioambientais urbanos, fenômeno contrário ao propósito do governo federal da época, baseado num Estado centralizador. Portanto, o repasse dos ganhos obtidos pelas grandes empresas atuantes na região (grifa-se aqui a mineradora Vale) não foi efetivado para a sociedade e nem para empresas comerciais de menor porte que se instalaram na região, muito menos aos povos indígenas que ali sempre habitaram.

Da vila de Parauapebas à emancipação

A etimologia do termo *Parauapebas* remete às origens indígenas da região, aferindo à palavra o significado de “rios de águas claras”. Parauapebas também corresponde à nomenclatura utilizada para designar a microrregião do Pará, subdividida em cinco municípios: Água Azul do Norte, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás e Parauapebas. Todos os municípios citados têm seu surgimento ligado, principalmente, à extração mineral. Em especial, a cidade de Parauapebas era habitada pelos índios Kayapó e, esporadicamente, por alguns coletores de castanha-do-pará que, por meio rio Itacaiúnas, se deslocavam do município de Marabá rumo à floresta. Conclui-se que antes mesmo da Vale a região já sofria com os impactos ocasionados pelas madeireiras e pecuaristas derrubadores de árvores. A castanheira-do-pará, cujo corte é ilegal, talvez tenha sido a principal vítima do desmatamento até o fim do poder político e econômico dos proprietários dos castanheais.

Para a implantação do PFC, o município de Marabá e a Vale planejaram a edificação de dois núcleos urbanos que deveriam ter finalidades distintas em meio ao povoado de Rio Verde, onde começaram a surgir as primeiras casas e barracos no lugar onde mais tarde se tornaria um dos maiores bairros do município de Parauapebas.

Um dos núcleos urbanos, denominado Núcleo Urbano de Carajás ou Cidade-empresa, deveria ser construído no topo da serra e dotado de toda uma infra-estrutura, servindo de abrigo aos funcionários da mineradora que trabalhariam diretamente na exploração mineral. Já o segundo núcleo que deveria ser erguido no sopé da serra, chamado de Cidade Nova, objetivava alojar a mão-de-obra empregada na EFC, na construção da Cidade-empresa e na estrada de acesso à Cidade-empresa.

Apesar do plano de ocupação urbana de Carajás, os mineiros e goianos que inicialmente convergiram para a região, almejando uma oportunidade de emprego e melhores condições de vida, fizeram da cidade planejada um insuficiente lócus para atender com dignidade às muitas famílias que ali chegavam (SOUZA & PEREIRA, 2008). O desmedido crescimento da população parauapebense, marginal a estrada PA-275 e isolada dos núcleos urbanos projetados para receber até 5.000 habitantes, superou rapidamente os 20.000 habitantes (PARAUAPEBAS, 2005).

A luta pela emancipação política de Parauapebas teve início em 1985 e só após cerca de quatro anos o povo parauapebense conquistou a vitória através de plebiscito. Tal feito foi oficializado no Pará pela Lei Estadual nº 5.443/88 de 10 de maio de 1988 e, apenas no ano de 1989, ocorreu uma eleição para prefeito.

Parauapebas localiza-se no sudeste do Estado do Pará, a 645 km da capital Belém. Foi elevado à categoria de município e distrito e sua delimitação territorial remete a data de 17 de janeiro de 1991, que define o município constituído do distrito sede, na qual se localiza a prefeitura municipal (IBGE, 2008).

Parauapebas abriga em suas terras o PFC, um dos principais planos de desenvolvimento contidos no PGC, enquanto que Marabá conta com siderúrgicas de ferro-gusa. Graças à economia arraigada na extração mineral exportadora, no ano de 2007, Parauapebas obteve um repasse de R\$ 3,4 milhões correspondente apenas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), quase metade do valor repassado para a capital do estado, Belém (R\$ 7,4 milhões), e bem mais do que Marabá, com R\$ 2 milhões. Para este mesmo ano os investimentos futuros em novos projetos localizados no estado do Pará totalizarão US\$ 4 bilhões. O recurso previsto é necessário para atender: a expansão do PFC, atingindo uma produção de 100 milhões de toneladas por ano de bens primários, a adequação da EFC para o incremento da produção e a exploração do ferro na Serra Leste de Carajás (BRASILIANSE, 2007).

Perante a decolagem de diversos projetos minerais no Pará em menos de vinte anos o estado será o líder nacional na produção de minérios, fenômeno que vem deixando a cidade de Belém distante do crescimento econômico quando comparada com municípios basicamente mineradores (BRASILIANSE, 2007).

Desenvolvimento heterogêneo

A maior parte da população residente nas áreas periféricas de Parauapebas configura famílias de baixa renda que chegam à cidade na tentativa de ascender socialmente, mas dificilmente conseguem tal feito. Nessas localidades os lotes de terra são comumente vendidos sem terem registro em cartório. Por isso, são ofertados a preços baixos. Sendo então um atrativo para as famílias de escasso recurso financeiro, uma vez que o custo de vida na área urbanizada de Parauapebas é muito alto (reflexo da melhor qualidade de vida no município).

Acontece que a infra-estrutura adequada para atender as necessidades básicas da população é insuficiente para atender à demanda populacional. Entretanto, os modelos de padronização das residências implantados pela Vale variam de acordo com a estratificação do funcionário dentro da empresa. Mesmo assim, nessa área do município há a infra-estrutura adequada que supre a necessidade de seus moradores: dotados de zonas destinadas ao lazer (como teatro, clubes, praças e zoológicos).

O desenvolvimento heterogêneo de Parauapebas ocasionou a reprodução social no interior de uma cidade planejada que, apesar de ter seguido um modelo de modernização, foi fragmentada por conteúdos e usos socioeconômicos que se distanciam muito da modernidade. No Núcleo Urbano de Carajás os nomes das ruas remetem ao vocabulário indígena e aos rios amazônicos. Neste ponto da cidade as ruas possuem pavimentação, água tratada, esgoto, coleta de lixo e boa sinalização. Em contrapartida, as áreas de expansão urbana do município têm avançado sobre regiões impróprias ao uso do solo com a finalidade residencial (SOUZA & PEREIRA, 2008).

As comunidades pobres ocupam normalmente as áreas de encostas, sujeitas ao deslizamento de terra e processos erosivos, ou as várzeas, famosas pelas inundações nas épocas em que o índice de pluviosidade atinge seu ápice. Paralelamente ao processo de favelização caminha o descaso com o meio ambiente, sofrimento das ações do homem alterador do espaço físico, capaz de produzir problemas catastróficos ao povo e à natureza. Já neste presente ano de 2008, segundo SOUZA & PEREIRA (2008), várias enchentes já ocorreram no bairro de Rio Verde devido à ocupação irregular nas proximidades dos rios e aos aterros também realizados no local de presumível transbordo das águas fluviais.

Na tentativa de conter os desajustes socioambientais, o poder público já realiza no município a retirada e a indenização de famílias que moram às margens do rio Parauapebas e do igarapé da Ilha do Coco (SOUZA & PEREIRA, 2008). Todavia, diariamente são muitos os migrantes que chegam à região e se alojam na periferia urbana que, em grande parte originada devido à invasão, se expande em direção às áreas rurais.

O bairro Liberdade II começou a ser loteado em 2003 (31 quadras distribuídas em 873 lotes, cinco chácaras e três áreas públicas [SOUZA & PEREIRA, 2008]) e convive com o contraste entre as moradias populares em zonas de risco e as residências em áreas não alagáveis e protegidas de eventuais deslizamentos de encostas (nesta parte do bairro uma situação econômica razoável). Essa realidade é fruto dos loteamentos feitos aleatoriamente e aprovados por questões políticas. A dificuldade para a compra ou aluguel de um imóvel traduz no espaço a segregação socioeconômica, selecionando a parcela do povo que obtém condições dignas de sobrevivência.

Por estar adjacente a um canal fluvial, o bairro Liberdade II é atingido pela cheia do rio devido à ausência da mata ciliar que não existe mais no local e o período de chuvas mais intensas. Casas, ruas e terrenos baldios ficam alagados na ocorrência desse fenômeno, todos desprovidos da vegetação natural que poderia amortecer tais impactos.

Desde a implantação de Liberdade II a especulação imobiliária foi grande. O novo bairro que surgia concentrou famílias pobres migrantes e especuladores imobiliários. Parte de Liberdade II apresenta traços rurais pelo fato de ainda deter zonas agrícolas e destinadas a criação de animais. Tais atividades empregam aqueles que se dirigiram para o Núcleo Urbano de Carajás mas não conseguiram emprego na cidade, lembrando que renda gerada nesse setor econômico não supre as despesas das famílias carentes, sendo esse apenas um meio de sobrevivência. O comércio também está presente em Liberdade II que, apesar de ser bem moderado, pode ser encontrado no capital gerado pelos bares, mercearias e condomínios. Quanto aos condomínios é verificado o preço elevado dos mesmos, dado pela oferta bem menor do que a demanda da população que se direciona até Parauapebas. Algumas pessoas optam por dividir o espaço com outras pessoas desconhecidas para facilitar o pagamento condominial.

Os habitantes de Liberdade II são oriundos ou descendentes das mais variadas regiões do Brasil, assim como os demais bairros de Parauapebas. A maioria da população possui baixo grau de escolaridade, o que dificulta a absorção dessas pessoas no mercado de trabalho mais qualificado. Os fluxos migratórios tornam-se cada vez mais intensos quando os parentes e amigos que já residem em Parauapebas servem de apoio para ainda mais homens e mulheres que rumam para o município. Algumas famílias também realizam a viagem de volta para a terra natal, visto que por não possuírem qualificação profissional não conseguem um trabalho digno. Além do mais, algumas residências possuem superlotações, causando desconforto e problemas ao ambiente familiar.

É comum a população carente de Parauapebas reclamar a ausência de um poder público atuante em suas comunidades, pois acreditam que necessitam de uma atenção especial dos governantes. Algumas obras de infra-estrutura já começaram a ser realizadas como a ampliação da rede de esgoto e da rede elétrica, principalmente para as partes mais elevadas da cidade.

A educação ambiental é algo desconhecido pela população que habita as margens dos rios que cortam Parauapebas. O lixo doméstico é lançado diretamente nas águas fluviais e contribuem para a proliferação de doenças, assoreamento e inundações, dentre outros impactos. A ausência da coleta pública de lixo contribui também para a proliferação de insetos prejudiciais à saúde humana, principalmente ao se tratar das crianças que costumam brincar nas ruas, sem conhecimento básico de higiene.

Apesar do significativo repasse de impostos como o ICMS e a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM nos últimos anos, o município de Parauapebas ainda apresenta grande deficiência para implantar um bem estar social da população em geral. Novas parcerias são firmadas entre a Vale, demais instituições privadas e a prefeitura municipal visando amenizar os problemas urbanos e ambientais e a implantação de novos projetos a serem introduzidos na região. Porém, os investimentos futuros no município de Parauapebas devem ser vistos com ressalvas, pois podem agravar ainda mais o processo migratório e os problemas de conjuntura social e política.

III – OS IMPASSES ENTRE OS POVOS INDÍGENAS E A VALE

Apoio às Comunidades Indígenas (ACI)

O PFC, conforme verificado até agora, trouxe para a região de Carajás alterações drásticas na economia e na sociedade local atingindo, principalmente, comunidades indígenas e camponesas situadas em sua área de influência, de forma a tornar ainda mais complexa a política e a ação indigenista de Carajás. Por meio de um Convênio estabelecido em 1982 entre a agência responsável pela concretização do PFC, a mineradora Vale e a FUNAI, os grupos indígenas foram inseridos no Apoio às Comunidades Indígenas (ACI) que repercutiu em sua relação para com a sociedade regional.

É válido citar que os conflitos fundiários associam-se à ocupação violenta da terra, sendo gerador de confrontos entre os indígenas, os camponeses desprovidos de terra e os especuladores capitalistas. Uma nova dinâmica social impregnou-se em Carajás em resposta aos conflitos sociais e agrários na região após o PFC, com forte tendência de acirramento dos conflitos dado as tensões existentes entre os diferentes segmentos da população.

O mito da integração nacional e as notícias sobre as riquezas minerais, em especial o ouro em Carajás, levaram rapidamente ao aparecimento de garimpeiros, intensificando as migrações inter-regionais de pessoas provindas dos estados do Nordeste e do Centro-Oeste do Brasil.

Até 1960 a região de Marabá “adormecia” numa economia estagnada pela decadência do extrativismo da castanha, porém sujeita a uma nova frente de desenvolvimento agropecuário associado à abertura da rodovia Belém-Brasília. No final da década de 1970 o regime militar brasileiro, junto ao Japan International Consulting Association (JICA), lança um estudo sobre o potencial econômico da área pertencente à Serra dos Carajás. O PGC tinha como abrangência uma área de 900 mil km², conhecido também como Região Programa. O polígono delimitava-se entre o delta do Amazonas, o curso oriental do rio Xingu no Pará, o rio Parnaíba, limite entre os estados do Maranhão e Piauí, e o Oceano Atlântico.

No ano de 1981 foi elaborado um Atlas a partir de mapeamentos do Projeto RADAM voltado ao PGC. Nele abordou-se os aspectos físicos, demográficos e fundiários da área do projeto. Já em 1984 outro Atlas foi elaborado, editado pelo Ministério da Agricultura, no intuito de registrar um zoneamento agrícola visando as condições climáticas e aptidões do uso do solo da região. Entretanto, nenhum zoneamento ecológico e nem outro estudo destinado às comunidades indígenas e camponesas estabelecidas em Carajás interessaram ao Estado brasileiro, muito menos pelos atores envolvidos na edificação do PFC.

Dezoito meses mais tarde, um zoneamento ecológico da área de influência da EFC foi realizado pela Vale, abrangendo uma área de 890 km de extensão por 80 km de largura. Esse zoneamento ecológico visava a identificação de áreas de recuperação e preservação ambiental, bem como ações de governo e comunitárias, mas não referenciava a presença das comunidades indígenas e tampouco possuía a participação de segmentos da sociedade civil organizada.

Denúncias veiculadas tanto pela imprensa brasileira quanto estrangeira, provenientes de pesquisadores e organizações não-governamentais engajados pelos direitos dos povos indígenas, abordaram a indiferença do governo brasileiro para com as comunidades indígenas e conseguiram fazer com que o Banco Mundial – um dos principais financiadores do PGC – condicionasse a concessão de novos recursos para a continuidade do Projeto. Desde então o financiamento ao governo brasileiro estaria dependente das ações estatais que garantiriam as condições básicas de sobrevivência dos povos indígenas.

Em 1982, inserido no PFC, foi elaborado o ACI, que se determinava a aplicação de US\$ 13,6 milhões junto aos povos indígenas do Maranhão, leste do Pará e norte de Goiás (OLIVEIRA, 2004). O ACI foi uma medida tomada em meio à presença da opinião pública nacional e estrangeira diante dos impactos provenientes da implantação do PFC, proporcionando em certa medida investimentos em saúde, educação e economia comunitária, formulados e implantados em grande parte pelo órgão responsável pela causa indígena, a Fundação Nacional do Índio.

É importante grifar que o ACI teria uma vigência de cinco anos, de 1982 até 1986. Esse programa de apoio, a princípio, considerou os seguintes povos indígenas incluídos no Convênio Vale-FUNAI: Apinayé (Tocantins); Gavião-Parkatêjê, Parakanã, Suruí, e Kayapó-Xikrin (Pará); Gavião-Pukobyê, Guajá, Guajajara, Krikatí e Urubu-Kaapor (Maranhão); OLIVEIRA, 2004.

Inicialmente apenas as Terras Indígenas (TI) situadas no interior do “Corredor Carajás”, zona considerada de impacto direto do PFC (cerca de 100 km do leito da EFC), foram contempladas pelo Convênio. Somente em 1985 os grupos situados nas regiões classificadas como impacto indireto tornaram-se também objeto do ACI. Sendo esses os povos indígenas do Centro-Oeste maranhense, em especial os povos inseridos nos municípios de Grajaú e Barra da Corda. No total o ACI atingiu, aproximadamente, noventa aldeias, vinte e quatro postos indígenas, abrangendo uma população total muito próxima de 12.500 índios, presentes nos estados do Maranhão, Pará e Tocantins (OLIVEIRA, 2004).

Infelizmente, o ACI resultou numa disputada batalha em que antropólogos, membros da FUNAI e da Vale, indígenas e outros atores buscavam impor suas ideologias próprias acerca da implantação do Convênio. A tensão era ainda maior quando se tratava do destino dos recursos gerados pelo Convênio Vale-FUNAI.

“Relatórios produzidos por pesquisadores naquele momento previam conseqüências desastrosas dessa exposição dos territórios e grupos indígenas situados ao longo da EFC: o uso do leito da ferrovia como acesso para invasores estabelecendo um processo de tensão junto aos grupos indígenas, com riscos de conflitos e massacres dessas populações, e de ocupação permanente de seus territórios. Entidades de apoio e pesquisadores denunciaram que a FUNAI até 1981 ‘desconhecia’ a existência de povos indígenas na área de influência de PFC e do PGC.” (COELHO, 1987)

Apesar das mudanças operadas pela Constituição de 1988, a política de demarcação de TI, como a própria política indigenista em geral, ainda estão pautadas no Estatuto do Índio de 1973. No mundo contemporâneo os povos autóctones tradicionais, especialmente nos países em via de industrialização ou recém-industrializados, são dominados em prol das práticas e dos discursos do desenvolvimento; o fato é comprovado pela expansão das atividades econômicas rumo às últimas reservas de biodiversidade e de recursos minerais do planeta Terra.

“Mão de ferro”: a solução para o conflito

Na década de 1990, inserida no contexto da redemocratização da política brasileira e da internacionalização dos movimentos ambientalistas, emergiu em meio à Amazônia uma nova rede de política na qual os atores sociais que no passado eram marginalizados (servindo os povos autóctones e extrativistas bons exemplos para este caso) passaram a engendrar alianças com organizações não governamentais, sindicatos e instituições religiosas (HOEFLE, 2004).

As relações socioambientais vigentes hoje em toda a Amazônia Legal não podem ser mais vistas e trabalhadas de forma ingênua e superficial. De acordo com este pensamento deve ser grifado o patrocínio político existente nas comunidades amazônicas, na qual o privado e o público se aglutinam arraigando a estratificação social no cunho das hereditiedades, pois é desta maneira que o acesso a terra e a outros recursos produtivos se institui.

A “mão de ferro” é o nominativo que estabelece, metaforicamente, como se dá o fechamento acerca dos impasses entre o forte poder do setor público e/ou privado e as pontuais e por ora isoladas lutas camponesas ou indigenistas; conforme pode ser esclarecido, Carajás foi um sonho construído à base da intransigência, da opressão e da contrastação nas esferas mais variadas que podem ser proferidas.

O incidente ocorrido no dia 17 de outubro de 2006 será aqui ilustrado na tentativa de exemplificar algumas das inúmeras lutas sociais travadas contra a mineradora Vale. Na tarde daquela terça-feira duzentos índios Xikrin, da Terra Indígena Catete, ocuparam por 48 horas as instalações produtivas da Vale em Carajás. Segundo a mineradora, os índios agiram com violência, armados com arcos, flechas e paus (BLACKBURN, 2006). O protesto deixou doze mil funcionários paralisados e quinhentas mil toneladas de minério de ferro deixaram de ser exportadas.

Segundo BLACKBURN (2006), a Vale afirmou que os indígenas praticaram atos de vandalismo e roubo e um saque no restaurante local. Três mil trabalhadores estavam em Carajás no momento da ocupação, das quais seiscentas pessoas foram feitas de reféns por duas horas, palavras da Vale. Conseqüentemente a EFC teve sua operação suspensa. Mesmo com a decisão

judicial de reintegração de posse em favor da Vale, concedida na noite do mesmo dia, os Xikrin não se arredaram da mina.

A invasão ocorreu motivada pela tentativa dos Xikrin em pressionar a Vale para aumentar os pagamentos mensais que a companhia faz à comunidade, além de demais exigências.

“Segue a lista com as novas reivindicações feitas pelos índios à CVRD, entre elas a exigência para a reforma e manutenção de estradas, a construção de casas além da verba mensal voluntariamente já destinada àquela comunidade. (Veja reprodução da carta encaminhada à CVRD)

De: Comunidades Indígenas Xikrin do Catete e Comunidade Djedjokô

Para: Sr. Presidente da CVRD - Cia Vale do Rio Doce

Ilmo. Sr. Presidente:

A Comunidade Xikrin do Catete e Djedjokô, vem reiterar pedido de reunião, em cumprimento de cláusula 1.2, de acordo com o firmado em "Termo de Compromisso 002/2006", de 05 de ano de 2006, com esta presidência para o dia 20, sexta-feira, às 09:00 horas da manhã, no Clube Docenorte, na Serra de Carajás, para discussão, dentre outros assuntos, objetivamente da seguinte pauta:

- ⇒ reajuste (com reparação de perdas) do recurso mensal repassado,*
- ⇒ construção de 40 casas para Comunidade Caeté,*
- ⇒ construção de 20 casas para a Comunidade Djedjokô,*
- ⇒ reforma e manutenção da estrada Catete - PVK,*
- ⇒ reforma e manutenção da estrada Djedjokô - Bekuare,*

*Contando com V. presença, subscrevemos-nos,
Serra dos Carajás - Parauapebas, 18 de outubro de 2006-10-18
Bep Kaminhoroti Xikrin e Bep Tum Xikrin” (VALE, 2008:d)*

Perante a situação na qual a Vale se encontrava o discurso da empresa foi ríspido quanto à ação dos índios, afirmando que a mineradora não compactuaria com os métodos ilegais e tampouco cederia às chantagens oportunistas empregadas pela comunidade Xikrin. A mineradora chegou a ameaçar cortar os R\$9 milhões que repassa aos Xikrin anualmente, alegando que não compete a Vale a obrigação de realizar esse tipo de assistencialismo.

Após três dias, em 20 de outubro de 2006, as atividades foram retomadas totalmente com a saída de todos os Xikrin da área pertencente à Vale. Os caciques deixaram a mina depois de terem chegado a um acordo para dialogar com a empresa na semana seguinte.

Mais tarde, em 31 de outubro daquele mesmo ano, a Vale anunciou o cancelamento dos termos de compromisso de ajuda financeira de R\$ 9 milhões ao ano aos Xikrin por conta da invasão ocorrida no último dia 17 naquela área, conforme informou GRABOIS (2006) para o jornal Valor Econômico.

“A empresa comunicou oficialmente essa decisão em reunião com representantes da Funai e dos índios. ‘Os índios saíram da reunião dizendo que vão invadir de novo. Deixou de ser um caso humanitário e social e virou um caso de polícia’, disse o diretor de Assuntos Corporativos da Vale, Tito Martins, para quem a companhia está sendo objeto de chantagem dos índios porque a mineradora está crescendo.” (GRABOIS, 2006)

Seria incompleto este trabalho se não fosse relatado, além dos desdobramentos do caso supracitado, o lucro líquido recorde da Vale de R\$13,431 bilhões em 2006 [SCIARRETTA, 2007] (resultado 28,6% maior que o obtido em 2005).

“... 2006 foi um ano de recordes na produção de minério de ferro (271,069 milhões de toneladas), alumina (3,939 milhões de toneladas), alumínio (550 mil toneladas), cobre (267 mil toneladas), potássio (732 mil toneladas) e caulim (1,352 milhão de toneladas).” (SCIARRETTA, 2007)

É no mínimo agressiva a postura com a qual não apenas a Vale, mas as demais empresas transnacionais monopolizadoras de poder político e econômico atingem lucros colossais.

Infelizmente não há como ter outro discurso que não seja o de denúncia das grandes empresas globais que fazem dos contrastes socioeconômicos não uma dicotomia, mas um via única de desenvolvimento embasada na super-exploração das classes desprovidas de quaisquer benefícios tanto intelectuais como materiais.

A “mão de ferro” do poder privado e estatal, portanto, é definida nas similares atitudes que foram expressas no breve estudo de caso da ocupação, por parte dos índios, da mina de Carajás em 17 de outubro de 2006. Num extremo residem instituições enfraquecidas ou organizações em defesa da causa social perante o patrocínio político da elite nacional, enquanto na outra polaridade emergem os grupos econômicos que, por ora apoiado pelo próprio Estado, são imponentes barreiras jurídicas e financeiras para uma sociedade inserida num desenvolvimento distributivo e libertário.

CONCLUSÃO

Objetivo salientar nesta parte do trabalho as considerações finais e observações necessárias. Não se encerra por aqui as idéias expressadas por esta obra, mas procura-se verificar novos e instigantes horizontes de estudo para o tema aqui abordado: o planejamento estatal de colonização da Amazônia e a implantação do Projeto Grande Carajás.

Tratar das questões amazônicas não é possível sem que em algum momento seja proferida a causa indígena. É na região Norte do Brasil onde a maioria dos povos autóctones reside. Há séculos que alguns desses índios lutam e se adaptam ao estilo de vida que foram condicionados pelas mãos do homem não-indígena.

As Terras Indígenas representam para o progresso econômico da sociedade de consumo as últimas fronteiras econômicas a serem exploradas, não apenas no caso brasileiro, mas nas distintas regiões do planeta. A pós-modernidade configurou no mundo o futuro promissor dos países tropicais subdesenvolvidos, pois, se de um lado as nações ricas detêm o aparato tecnocientífico produtivo, os países pobres possuem os recursos naturais ainda disponíveis para dar continuidade ao sistema capitalista como o conhecemos hoje.

Enfatizando as questões indígenas e seguindo o pensamento de HOEFLE (2004), já é retrógrado acreditar que o território indígena perpassa pela mesma idéia de reserva ecológica. Os povos indígenas da Amazônia que possuíam seus hábitos distintos e economia igualitária que viabiliza a manutenção do meio ambiente dão espaço para as comunidades distantes dos seus valores tribais, permitindo que os povos indígenas contemporâneos almejem o direito à sua terra para a exploração extrativista ou garimpeira.

No que tange a mineração de grande porte como acesso ao desenvolvimento social e econômico, a história nos mostra que o progresso advindo desse tipo de atividade atende a uma camada altamente seletiva da população, bem como seus frutos atingem a população inserida nesta realidade econômica de forma escalonada; aqueles que gozam dos maiores privilégios compreendem uma elite cuja mão-de-obra é qualificada, enquanto que a população marginal permanece periférica a este processo, mas de forma alguma dissociada do mesmo.

Parauapebas, como a maioria das cidades brasileiras, apresenta contrastes sociais, neste caso intimamente ligados à mineração em Carajás. Desde sua criação, com a edificação da cidade exclusiva aos trabalhadores de alto escalão da Vale, Parauapebas assume seu caráter bipolar: luxo e miséria. A Estrada de Ferro Carajás apenas agravou a situação contribuindo para a migração de trabalhadores muito pobres que convergem para o município paraense na busca por uma ocupação. Aqui se enraíza a violência urbana e a insuficiência do Estado para conter tamanho problema.

De acordo com toda a bibliografia levantada para a feitura dessa obra, Parauapebas nem de longe conseguiu harmonizar o crescimento econômico com a melhoria da qualidade de vida para seu povo: a massa de habitantes. As fontes bibliográficas aqui utilizadas ora lançam sobre a Vale a culpa pelos flagelos de Parauapebas, ora atacam a esfera política.

Diante do recorte da realidade aqui trabalhado, creio que a ciência geográfica deva caracterizar e abordar profundamente as dinâmicas de cunho antrópico, ambiental e espacial. Porém, não há como se eximir do engajamento que se faz necessário como instrumento de

denúncia e de divulgação da informação. Os valores pessoais não devem se apoderar da causa científica, mas a ciência tem que contribuir com seu discurso dialético e auxiliador para a resolução das complicações que emergem de tudo aquilo que é periférico, arbitrário e desconhecido.

BIBLIOGRAFIA

- ABCEM, Associação Brasileira da Construção Metálica. **Lucro da U.S. Steel cai 88% no quarto trimestre.** Investnews, InfoMet. 31/01/2008. Disponível em: <http://www.abcem.com.br/noticias_ver.php?curpage=18&Codigo=860> Acesso em 06.out.2008.
- ANTF, Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários. **Estrada de Ferro Carajás.** Portal virtual da ANFT. 2008. Disponível em: <<http://www.antf.org.br/Files/EFC.pdf>> Acesso em 05.out.2008.
- ALMEIDA, D. **UFPA realiza pesquisas pioneiras sobre pontes ferroviárias da Estrada de Ferro Carajás.** Imprensa UFPA. Acessória de Comunicação Institucional da Universidade Federal do Pará – UFPA. 07.jul.2008. Disponível em: <<http://www.portal.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=2169>> Acesso em 05.out.2008.
- ARAGÃO, M.B. **Resenha de: Grande Carajás – planejamento e destruição.** Rio de Janeiro, Forense Universitária, Universidade de São Paulo e Fundação Universidade de Brasília, 1989.
- AYRES, F.A.; LAROSA, M.A. **Como produzir uma monografia passo a passo... Siga o mapa da mina.** Universidade Candido Mendes. Instituto A Vez do Mestre. Rio de Janeiro, 2005.
- BLACKBURN, P. **Índios mantêm ocupação em mina da Vale em Carajás.** Notícias UOL. Rio de Janeiro, 18.out.2006. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/economia/2006/10/18/ult29u51445.jhtm>> Acesso em 10.jul.2008.
- BRASILIENSE, R. **Mineração faz a diferença nos números.** Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM. 25.jun.2007. Disponível em: <http://www.ibram.org.br/003/00301009.asp?ttCD_CHAVE=38541> Acesso em 05.out.2008.
- CETEM, Centro de Tecnologia Mineral. **Ferro – Mina N5 – Carajás/CVRD.** Comunicação Técnica elaborada para o livro Usina de Beneficiamento de Minérios do Brasil. Rio de Janeiro/RJ. Dezembro de 2002. Disponível em: <<http://www.cetem.gov.br/publicacao/CTs/CT2002-159-00.pdf>> Acesso em 05.out.2008.
- COELHO, E.M.B. **Cultura e sobrevivência dos índios no Maranhão.** Série Antropologia, 2. São Luís: EDUFMA. 1987.
- DURÃO, V.S. **Vale já estuda nova expansão de Carajás.** Valor Econômico. 29.jan.2007. Disponível em: <http://www.cvrdgroup.com/saladeimprensa/newsimagens/news_17101_1.jpg> Acesso em 08.out.2008.
- FERNANDES, F.R.C.; LIMA, M.H.R.; & TEIXEIRA, N.S. **Indicadores Sociais: Uma grande mina de ouro e a comunidade local.** In BRASIL MINERAL – n°265. Agosto de 2007.
- GRABOIS, A.P. **Vale recorrerá à polícia para impedir nova invasão de índios Xikrin no Pará.** Valor Econômico in portal G1. Rio de Janeiro, 31.out.2006. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,AA1333084-9356,00.html> Acesso em 10.jul.2008.
- GRUMIN, Rede de Comunicação Indígena. **Mina de ferro de Carajás volta à produção após saída de índios.** 20.out.2006. Disponível em: <<http://blog.elianepotiguara.org.br/2006/10/20/mina-de-ferro-de-carajas-volta-a-producao-apos-saida-de-indios/>> Acesso em 10.jul.2008.

- HOEFLE, S.W. **Participação política e construção de comunidade na Amazônia Central.** In *Análise Social*, Vol. XXXVIII (Inverno), 2004 (n.º 169), pg. 1091-1121. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- IBGE, Biblioteca. **Parauapebas – Pará (PA).** Documentação Territorial do Brasil. 2008. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/para/parauapebas.pdf>> Acesso em 06.out.2008.
- LACERDA, S.M. **BNDES 50 Anos - Histórias Setoriais: O transporte ferroviário de cargas.** Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico – BNDS. Dezembro de 2002. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/livro_setorial/setorial15.pdf> Acesso em 06.out.2008.
- LAMOSO, L.P. **A exploração de minério de ferro no Brasil e no Mato Grosso do Sul.** Tese de Doutorado em Geografia, 309 páginas, Universidade de São Paulo – USP. São Paulo/SP, 2001 Disponível em: <http://www.ourinhos.unesp.br/gedri/publica/teses/lamoso_01.pdf> Acesso em 06.out.2008.
- OLIVEIRA, A.L.R. **Projeto Carajás, práticas indigenistas e os povos indígenas no Maranhão.** In *Revista Antropológicas*, ano 8, volume 15(2). 2004.
- PARAUAPEBAS, Prefeitura Municipal. **Cidade - História.** Portal virtual da Prefeitura Municipal de Parauapebas. Cidade; História. 2005. Disponível em: <http://www.parauapebas.pa.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=87:cidade-historia&catid=5:cidade&Itemid=100> Acesso em 06.out.2008
- SCIARRETTA, T. **Vale tem lucro recorde de R\$ 13,4 bi em 2006, mas resultado decepciona.** Laboratório Industrial Sindical – MERCOSUL / União Européia. Fonte: Folha online. 08.mar.2007. Disponível em: <<http://www.sindlab.org/noticia02.asp?noticia=9914>> Acesso em 10.jan.2009.
- SOUZA, C.B.G. & PEREIRA, T.C.B. **A urbanização no entorno dos Grandes Projetos da Amazônia: As áreas de risco em Parauapebas (PA).** IV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade – ANPPAS. Brasília – Distrito Federal, 04, 05 e 06 de Junho de 2008. Disponível em: <http://www.sisgeenco.com.br/sistema/encontro_anppas/ivenanppas/ARQUIVOS/GT11-15-101-20080509223841.pdf?PHPSESSID=cb49d298f236f5aca0d2d7fc418c0d59> Acesso em 05.out.2008.
- VALE. **Transporte Ferroviário.** Portal virtual da mineradora Vale. Nossos Negócios; Logística. 2008:a. Disponível em: <<http://www.vale.com/vale/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=63>> Acesso em 06.out.2008.
- VALE. **Vale Florestar ajuda florestas nativas do Pará.** Portal virtual da mineradora Vale; Destaque. 2008:b. Disponível em: <<http://www.vale.com/vale/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=2907&sid=584>> Acesso em 07.out.2008.
- VALE. **Relação com a comunidade.** Portal virtual da mineradora Vale; Governo e Comunidade. 2008:c. Disponível em: <<http://200.225.83.165/vale/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=204&infoid=2493>> Acesso em 06.out.2008.
- VALE. **Novas exigências dos índios Xicrins.** Portal virtual da mineradora Vale; Acessória de Imprensa. 2008:d. Disponível em: <http://www.vale.com/saladeimprensa/pt/versao_imprensa/prt_detail.asp?id=16646&tipo=2> Acesso em 07.jul.2008.